

ESTUDOS  
*Sociedade e Agricultura*

Estudos Sociedade e Agricultura

ISSN: 2526-7752

estudoscpda@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Brasil

Weisheimer, Nilson

Um movimento de jovens agricultores familiares

Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 30, núm. 1, e2230101, 2022, Enero-Junio

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-1>

Disponibile en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599970115001>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org


Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal  
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso  
abierto

## Um movimento de jovens agricultores familiares

A movement of young family farmers

 **Nilson Weisheimer**<sup>1</sup>

 <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-1>

**Resumo:** O artigo aborda a participação sindical de jovens agricultores familiares mobilizados pela Fetag-BA. Descreve a origem e trajetória organizativa desse movimento, caracteriza os agricultores familiares e a participação juvenil no movimento sindical de agricultores familiares. A base empírica foi uma *survey* com participantes do I Festival Estadual da Juventude Rural da Bahia, em 2013, quando se obteve 145 depoimentos. Os resultados confirmaram que a situação juvenil na agricultura familiar trazia como características principais a intensa socialização no trabalho familiar agrícola e a precária autonomia material. Nesse contexto, a participação de jovens no sindicalismo apareceu marcada pelos vínculos familiares e pela busca de reprodução social na agricultura familiar, se constituindo ainda como uma prática política que visa ao reconhecimento social e à autonomia material.

**Palavras-chave:** movimento juvenil; jovem agricultor familiar; participação sindical; reprodução social.

**Abstract:** This article describes union participation among young family farmers mobilized by the Bahia State Agricultural Workers' Federation; we describe the origin and organizational trajectory of this movement, family farmers, and the participation of young people in the family farmer union movement. The empirical basis of this analysis was a survey conducted among participants in the 1st State Festival of Rural Youth in Bahia in 2013, which produced 145 statements. The results confirmed that the main characteristics of young people's participation in family agriculture were intense socialization in this work and precarious material autonomy. Within this context, the young people's participation in the union was seen to be marked by family ties and the search for social reproduction in family farming, while also constituting a political practice aimed at social recognition and material autonomy.

**Keywords:** youth movement; young family farmer; union participation; social reproduction.

<sup>1</sup> Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento (PPGCS) e Professor Associado no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com Pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Líder dos Grupos de Pesquisas do CNPq Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/UFRB) e Observatório Social da Juventude (OSJ/UFRB). E-mail: nw65br@gmail.com.

## Introdução

Presenciamos no Brasil, a partir dos anos 2000, o surgimento de novas expressões do movimento juvenil no campo. Entre estes se destacaram os jovens agricultores familiares, mobilizados por organizações sindicais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag.<sup>2</sup> Uma das formas encontradas pela Contag, para mobilizar sua base social juvenil, aproximar os jovens do movimento sindical e debater as políticas públicas para esse segmento tem sido a realização de encontros chamados Festivais das Juventudes Rurais.<sup>3</sup>

Registramos um dos primeiros eventos do tipo, o I Festival Estadual da Juventude Rural da Bahia, ocorrido em dezembro de 2013, com o tema “Sucessão Rural: com acesso a terra, educação do campo, esporte, cultura e lazer”. Esse foi o auge dessas mobilizações no estado. Oferecendo-se como oportunidade ímpar para buscarmos encontrar os traços característicos desse movimento; quem eram estes jovens; e como se efetuava a participação sindical, em um período de ascensão de políticas públicas para a agricultura familiar. Apesar das diferenças conjunturais que marcam o período do evento e o tempo atual, de desmantelamento dessas políticas,<sup>4</sup> empreendemos uma análise estrutural do processo de participação sindical de jovens. Assim, tomados com distanciamentos, os resultados suscitam reflexões que acreditamos ser válidas tanto para o conhecimento dos jovens no âmbito dos estudos rurais quanto à sociologia da juventude, que pouco tem se dedicado aos movimentos juvenis que emergem fora dos contextos urbanos.

Este artigo é parte de uma agenda de pesquisa que buscamos identificar em quais condições os jovens – membros individuais de uma geração – se tornam conscientes de sua situação comum e fazem desta a base da solidariedade grupal produzindo grupos concretos, que dão forma aos movimentos juvenis (MANNHEIM, 1982). Procuramos desenvolver o enfoque teórico geracional-juvenil ao nível da análise do significado da participação de jovens agricultores familiares no movimento sindical. Isso sugere que eles devem ser focalizados tanto em

<sup>2</sup> Fundada em 1963, a Contag é a mais longa e representativa organização sindical rural do Brasil. Atualmente ela representa mais de 20 milhões de trabalhadores da agricultura organizados em 27 federações estaduais (Fetags), com mais de 4 mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados.

<sup>3</sup> Houve três edições do Festival Nacional da Juventude: nos anos de 2007, 2010 e 2015. O 4º Festival seria em maio de 2020, mas foi cancelado em decorrência da pandemia da Covid-19. Em seu lugar foi realizado, entre os dias 6 e 8 de agosto de 2020, o Primeiro Festival da Juventude Rural Conectada.

<sup>4</sup> Sobre o desmantelamento das políticas públicas para agricultura, ver seção temática organizada por Sergio Pereira Leite e Eric Sabourin, para *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, out. 2021. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/esa29-3>. Acesso em: 10 nov. 2021.

termos das “condições sociais que balizam o seu comportamento, vinculado à ordem social existente, quanto em termos das modalidades possíveis de ampliação dos seus horizontes de ação” (FORACCHI, 1965, p. 3). O que nos leva a problematizar o conjunto de estruturas e práticas sociais que presidem à constituição dos jovens agricultores familiares como categoria social (BOURDIEU, 2009), para depreender as formas que assumem as suas práticas políticas.

O objetivo deste artigo foi analisar a participação sindical de jovens agricultores familiares, mobilizados pela Fetag-BA, de modo a conhecer esses jovens, suas práticas e o sentido desse movimento. Nele conjugamos três objetivos específicos: a) revisar a trajetória de organização dos jovens agricultores; b) caracterizar os jovens agricultores familiares que participaram do movimento, em suas condições materiais e processo de socialização no trabalho familiar agrícola; e c) descrever a participação de jovens no movimento sindical em termos de engajamento na organização, formas de recrutamento, conhecimento sobre políticas públicas e posicionamento político ideológico.

Essa análise se orientou pela hipótese de que a chave para a compreensão da participação sindical de jovens agricultores familiares se encontra na própria situação juvenil na agricultura familiar. Assim, incidiria sobre os jovens os impasses da reprodução social na agricultura familiar, com reflexos em suas práticas políticas.

A base empírica da análise resulta de uma *survey* realizada com participantes do I Festival Estadual da Juventude Rural da Bahia, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2013, em São Gonçalo dos Campos – BA. A condução metodológica teve a preocupação de produzir um tipo de conhecimento que fosse relevante para a sociologia, para os jovens e sua organização. Em diálogo com a Secretaria de Jovens da Fetag-BA foi elaborado um questionário estruturado, que foi aplicado aos participantes do encontro, com idades entre 15 e 29 anos. Foram entrevistados 145 depoentes, provenientes de 74 municípios, abrangendo todas as regiões do estado da Bahia. Consideramos a inferência possibilitada por essa técnica, representativa dos jovens da base sindical da Fetag-BA. Isso permitiu reconstruir sociologicamente esse movimento juvenil, para além das posições definidas por sua vanguarda. O tratamento analítico conferido às informações seguiu o modelo da estatística descritiva, com variáveis independentes e

cruzamentos pela variável “sexo dos entrevistados”, para identificar possíveis diferenciações sociais de gênero.<sup>5</sup>

A exposição dos resultados nas seções a seguir se inicia pelas origens e trajetória organizativa de jovens no sindicalismo de trabalhadores agrícolas. Em seguida, se apresenta a caracterização dos jovens agricultores familiares, em suas condições materiais e processo de socialização no trabalho familiar agrícola. Na terceira seção se discute a práxis política destes jovens considerando a participação em organizações sociais, as formas de recrutamento sindical, o conhecimento sobre políticas públicas e a posição política-ideologia. Essas inferências revelam que a situação juvenil na agricultura familiar permite explicar a participação no movimento sindical como expressão política dos jovens agricultores familiares por reconhecimento social e autonomia material, que viabilizam a reprodução social na agricultura familiar.

## Trajetória dos movimentos de jovens agricultores familiares

A participação juvenil em movimentos sociais rurais acompanha os processos contraditórios do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e das lutas de classes no campo. Maria da Glória Gohn (1997, p. 251) definiu os movimentos sociais como “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes às diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. A autora afirma que essas formas de ações coletivas “desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento a partir dos interesses em comum”. Percebemos que a noção de movimentos sociais rurais, mais do que constituir um conceito preciso, remete à delimitação de um amplo leque de questões que se referem a reações coletivas das mais diversas formas, que perpassam a história das transformações sociais e econômicas no meio rural (VELHO, 1986). Marialice Foracchi (1972) compreendeu o movimento juvenil como expressão da crise social que se traduz em formas de contestação cultural e comportamental que expressam a rejeição do modo de ser adulto. Já o movimento estudantil seria analisado por um prisma diverso, cuja característica central estaria na sua

---

<sup>5</sup> O termo gênero figura aqui como “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14). Trata-se de uma categoria relacional que emerge na interação entre homens e mulheres, o que está na origem de “esquemas classificatórios que fundamentam toda a ordem social e que colocam o homem e a mulher como opostos hierarquizados” (BOURDIEU, 1999, p. 16-8).

identificação política, como luta política institucional, nesse caso, guiando-se por objetivos políticos que visam intervir na sociedade aceitando o estilo de contestação adulta. “Nele a classe, como categoria explicativa, é o eixo básico da exposição, já que a compreensão objetiva do processo de constituição do estudante como categoria social, não dispensa a elucidação da natureza e do vínculo de classe” (FORACCHI, 1965, p. 6). Ocorre que nos espaços sociais rurais emergem diferentes formas de ações coletivas de cunho reivindicatório juvenil com potencial de criação de novos arranjos institucionais e transformação da estrutura agrária do país. Com efeito, surge a necessidade de reconhecer a particularidade da situação juvenil na agricultura familiar, o que fornece a esses sujeitos perspectivas de ações coletivas singulares relativas à sua condição de classe social. Compreendemos os movimentos de jovens agricultores como parte integrante do movimento juvenil, assim, conjugam os elementos de contestação culturais do mundo adulto, simultaneamente, de identificação política e a busca de reconhecimento institucional, que assegurem a transição da condição de jovem para a condição de adulto, no âmbito da agricultura familiar. Dito de outro modo, se inscrevem como formas de socialização cultural e política contestatória e por políticas públicas específicas para os jovens agricultores familiares. Nesta seção nos deteremos em revisar brevemente as origens e desenvolvimentos desses movimentos que conduziram os jovens ao sindicalismo da agricultura familiar contemporânea.

Em meados dos anos de 1950, no contexto da Guerra Fria e do desenvolvimentismo, por influência de organizações internacionais, agentes públicos e privados no Brasil passaram a adotar a categoria juventude rural. Valendo-se das teorias provenientes do estrutural funcionalismo e no bojo do difusionismo da “Revolução Verde”,<sup>6</sup> essa categoria passou a ser utilizada para mobilizar os jovens como parte dos recursos necessários à modernização da agricultura (WEISHEIMER, 2019a). Conforme Joel Marin (2019), é nesse contexto que o Estado Nacional, a Igreja Católica e o Partido Comunista do Brasil (PCB)

---

<sup>6</sup> Foi o programa de modernização capitalista da agricultura, na segunda metade de século XX. Teve por base a difusão, a partir dos EUA, de novo padrão tecnológico para a agricultura, com adoção de sementes geneticamente modificadas, uso intensivo de maquinários agrícolas e de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos; impondo aos agricultores uma nova racionalidade técnica e econômica; mercantilizando a vida social e a ampliação das relações capitalistas na agricultura. A tônica dessa estratégia foi de relação assimétrica entre as nações, com a inserção dos países dependentes no mercado mundial como exportadores de produtos agrícolas a baixo custo e importadores de produtos industrializados em larga escala. “De modo geral, a revolução verde, no mundo capitalista subdesenvolvido serviu para elevar a produtividade agrícola dos estabelecimentos e das regiões em que as rendas já eram mais elevadas; mas nada pode fazer para melhorar a situação dos pobres do campo” (GUIMARÃES, 1979, p. 225).

“entram em disputa pela conquista da juventude e por propositura de diferentes projetos de desenvolvimento rural” (MARIN, 2019, p. 37). Naquela década, o Estado nacional-desenvolvimentista percebeu, pela primeira vez, os jovens como mediadores geracionais das novas técnicas produtivas que precisavam ser capacitados para tal, passando a difundir experiências como dos Clubes 4-S,<sup>7</sup> a partir da importação do modelo norte-americano. A Igreja Católica criou a Juventude Agrária Católica (JAC) visando contribuir para evangelização e projetos conservadores-reformistas. Por sua vez, o PCB tomou diferentes iniciativas, entre as quais consta a publicação do jornal *Terra Livre*, entre os anos de 1949 e 1964, destinado a mobilizar a juventude camponesa pela criação de sindicatos de trabalhadores, por garantia de direitos trabalhista e por reforma agrária (MARIN, 2019).

Consolidou-se nesse período a compreensão de que haveria uma questão agrária a ser resolvida no Brasil. Essa caracterizada pela concentração fundiária remanescente do período colonial e por relações de trabalho que não reconheciam direitos legais aos trabalhadores agrícolas. Isso se refletiu na formação das primeiras organizações sindicais de trabalhadores agrícolas no país, o que levou à criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), impulsionada pelos comunistas em 1954 no Centro-Sul do país. Houve, ainda, a formação das Ligas Camponesas em 1955, criadas em Pernambuco e que expandiram-se ao nordeste brasileiro, e também do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) no Rio Grande do Sul (RS), em 1960. Esse processo atinge seu ápice com a fundação da Contag, em 1963, reunindo 29 federações e 475 sindicatos, elegendo Lyndolfo da Silva (PCB) como presidente. As mobilizações sociais resultaram em conquistas para os trabalhadores, como a promulgação da Lei Federal nº 4.214/1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo a legislação social ao trabalhador na agricultura. Forneceram as bases para a organização sindical conquistando o

---

<sup>7</sup> Parte da estratégia do difusionismo tecnológico norte-americano, os Clubes 4-S do Brasil fizeram parte do programa de extensão rural que visava organizar e capacitar os jovens para atuarem como mediadores geracionais para modernização da agricultura. Em seus manuais, consta o “compromisso” que os participantes assumiam perante a bandeira 4-S. “Bandeira 4-S, eu te prometo a inteligência para melhor saber, o coração para melhor sentir e a saúde para melhor servir ao meu Deus, à minha Pátria, à minha família, à minha comunidade e ao meu Clube 4-S” (EMATER/RS, 1981). Estudos como de Ronaldo Dieterich (1983), Sirlei de Fatima Souza (2003) e Solange Batista Souza (2015), por exemplo, descrevem a gênese, o desenvolvimento e o declínio dessas organizações juvenis no Brasil.

Decreto-Lei nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964, que reconheceu a Contag como a Confederação Nacional de todos os trabalhadores da agricultura.<sup>8</sup>

As organizações sindicais e a reforma agrária foram contidas pelo golpe que instaurou o Regime Militar, em 1964. As Ligas Camponesas e os sindicatos vinculados aos comunistas foram brutalmente reprimidos. Os “jovens agrários” ligados à Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação,<sup>9</sup> passaram também a ser perseguidos. É nesse contexto que se consolida o enquadramento legal de “Trabalhador Rural”, por meio do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971. Nesse período de repressão, apenas os Clubes 4-S continuaram a se expandir como forma organizativa entre os jovens agricultores familiares até finais dos anos 1970.

Os anos de 1980 foram marcados pela abertura gradual do regime militar e pelo surgimento de novos movimentos sociais, que tinham em sua gênese a atuação organizada a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. As forças militantes impulsionadas pelas CEBs convergiram para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1982; e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Nesse processo foi criada também a Pastoral da Juventude Rural (PJR), em 1983, um marco da trajetória organizativa dos jovens agricultores. Como resultado daquela conjuntura, em que os comunistas tinham atuação política restrita às condições de ilegalidade, a Igreja Católica atuou em condições mais favoráveis e consolidou sua influência sobre os movimentos sociais da época. Com efeito, o sindicalismo de trabalhadores rurais que emergiu após a redemocratização contou com o aporte de lideranças formadas e egressas da CEBs e da PJR.

Os atuais movimentos de jovens agricultores familiares têm sua origem na década de 1990. Dois fatos contribuíram inicialmente para a emergência do movimento juvenil na agricultura familiar. Primeiro é necessário reconhecer a adoção por parte dos movimentos sociais rurais da denominação “agricultura familiar” como categoria política e social, a partir dos anos 1990. Deslocando as

<sup>8</sup> Um estudo detalhado da “emergência e consolidação das organizações de trabalhadores rurais” no período entre 1945-1964, pode ser encontrado em *História dos movimentos sociais do campo*, de Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989).

<sup>9</sup> A Teologia da Libertação é uma corrente de interpretação do catolicismo desenvolvido a partir dos anos 1960, que se converteu em movimento socioeclesial contestador do capitalismo. Sua proposta central pode ser resumida na insígnia da “opção preferencial pelos pobres”. As principais referências dessa corrente teológica surgida na América Latina se encontram nas obras *Teologia da Libertação, perspectivas*, do peruano Gustavo Gutierrez (1986), publicada originalmente em 1971, e *Jesus Cristo libertador*, de Leonardo Boff (1972), considerada a primeira obra da Teologia da Libertação no Brasil.



categorias de campesinato, usadas nos anos 1950 e 1960, e pequenos agricultores, vigente nos anos 1970 a 1980. Segundo Sergio Schneider (2003), o termo agricultura familiar surge como uma noção de convergência unificadora dos interesses da produção de base familiar e tornou-se a categoria-síntese dos movimentos sociais rurais. Simultaneamente aconteceu o retorno da juventude para a cena política nacional com as mobilizações estudantis dos “Caras Pintadas”, em 1992, no processo de impeachment de ex-presidente Fernando Collor de Mello. Com isso, a juventude voltou a ganhar visibilidade e importância na agenda política nacional tanto nos movimentos sociais quanto no Estado. Esses fatores convergiram para as mobilizações do “Grito da Terra”, organizadas principalmente pela Contag, que reivindicavam políticas de preços e créditos diferenciados para os agricultores familiares. Nessas mobilizações se tornou visível a crescente participação de jovens. Eles não tardaram em aproveitar esses momentos, para discutirem demandas específicas e formas de se organizarem nos sindicatos.

Conforme Galindo (2015, p. 114), “ao longo dos anos 1990 se registram várias iniciativas estaduais e municipais de organização sindical da juventude”. Como exemplo, a constituição da Comissão Estadual de Jovens da Fetag do Rio Grande do Sul, em 1992. O mesmo fenômeno foi observado em todo o país. Essas iniciativas locais impulsionaram uma agenda de juventude crescente na Contag até a realização do I Encontro Nacional de Jovens Rurais, em 1999, e cinco Seminários Regionais da Juventude Rural, ocorridos ao longo do ano 2000. Entre os marcos políticos da crescente organização juvenil, Galindo (2015) destaca a eleição da primeira coordenadora nacional de Jovens da Contag, Simone Battestin, durante o 8º Congresso da Contag, em 2001. O Congresso marcou a consolidação da Comissão Nacional de Jovens como instância de caráter permanente, impulsionando a criação de comissões semelhantes em todas as Fetags e, a partir delas, nos sindicatos municipais. Em 2003 foi realizado o Salão Nacional da Juventude Rural e, em 2005, o 9º Congresso da Contag, no qual foi aprovada a política de cotas de participação mínima de 20% de jovens nas instâncias diretivas do movimento sindical rural. Os anos de 2006 e 2007 foram marcados pela mobilização de jovens para os Festivais da Juventude Rural que passaram a ocorrer em âmbito, estadual, regional e nacional. No 10º Congresso, em 2009, a Coordenação de Jovens passou a ser denominada Secretaria de Jovens, o que contribuiu para consolidar

sua legitimidade no âmbito da estrutura nacional do sindicalismo rural. A dinâmica tem se mantido, desde então.

No estado da Bahia foi formada a primeira Secretaria Estadual de Jovens do sistema Contag, em 1998, com a eleição de Wellinton Santos, que ficou à frente dessa Secretaria por duas gestões consecutivas, consolidando a organização sindical. Nesse estado, a Comissão Estadual de Jovens se tornou estável em 2005. Similar ao que existia na esfera nacional, a organização da juventude da Fetag-BA apresenta a atuação em três níveis distintos. No âmbito estadual, com a Secretaria Estadual de Jovens e a Comissão Estadual de Juventude; nos sindicatos municipais, também representada por secretarias; e nas 16 regionais, onde atuam as Coordenações de Jovens dos Polos Sindicais.

A partir dos anos 2000 houve um intenso processo organizativo dos jovens no movimento sindical rural, além da Contag. Castro *et al.* (2009) destacam a criação de Comissão Nacional de Juventude pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Fetraf-Sul; a formação do Coletivo Nacional de Jovens do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em 2003; e do Coletivo Nacional de Juventude do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 2006. Tais organizações passaram a promover eventos como o I Congresso Nacional da Juventude Rural, organizado pela Pastoral da Juventude Rural, em 2000; o I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade, organizado pelo MST, em 2002; o I Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, realizado pela Fetraf-Sul, em 2003.

Essas mobilizações ocorreram num período de fortalecimento institucional das políticas para agricultura familiar, principalmente no âmbito do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que ampliou a oferta das políticas de crédito (Pronaf); de compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de aquisição de Alimentos (PAA); e a promulgação da Lei Federal nº 11.326/2006, que instituiu a Política Nacional da Agricultura Familiar. Nesse contexto, as mobilizações dos jovens lograram a construção de projetos comuns e passaram a incidir na formação de uma agenda de políticas públicas de juventude no Brasil. Numa dinâmica marcada por unidade e disputas, essas organizações passaram a atuar em espaços institucionais de políticas para juventude, como no Conselho Nacional de Juventude (CNJ), criado em 2005, cuja influência se estende à Lei Federal nº 12.852/2013, que instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude

e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). Nesse período se produziu um conjunto de políticas públicas como o Pronaf Jovem, o Programa Nossa Primeira Terra e o ProJovem Campo, que trouxeram o reconhecimento institucional para a categoria de jovens agricultores familiares como público beneficiário.

Contudo, esse arcabouço institucional não alterou a estrutura agrária, a concentração fundiária e de crédito, além de se revelar vulnerável à alteração na gestão do Governo Federal. Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, essas políticas passaram por processos de desconstrução com o desmonte das institucionalidades, como a extinção do MDA e as alterações no enquadramento legal dos agricultores familiares,<sup>10</sup> o que trouxe aos jovens o desafio de buscar uma nova geração de políticas públicas. Isso se verifica atualmente, por exemplo, no Projeto de Lei (PL) nº 9.263/2017, em tramitação na Câmara dos Deputados, que propõe uma nova Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

## Os jovens agricultores familiares da base da Fetag-BA

A categoria social dos jovens agricultores familiares corresponde aos jovens em condição de ocupação, mesmo que em tempo parcial, na agricultura familiar. Essa se caracteriza pelo gerenciamento do estabelecimento, a propriedade dos meios de produção e o trabalho ocorrerem com base em relações de parentesco (LAMARCHE 1993; ABRAMOVAY, 1998; WANDERLEY, 1999; SCHNEIDER, 2003). Neste quadro, a família corresponde a um grupo doméstico de trabalho e de consumo, que objetiva a reprodução do processo do trabalho e a sucessão geracional da unidade de produção familiar.

Os jovens agricultores familiares formam uma categoria social *sui generis* em virtude da socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Este trabalho se caracteriza por estabelecer relações produtivas com base na reciprocidade das obrigações familiares, e não por relações salariais, inexistindo a extração de mais-valia interna à unidade produtiva. Além disso, esse processo de trabalho visa à reprodução social da família e da unidade econômica tanto no ciclo curto (reprodução biológica) como no ciclo longo (reprodução geracional), e não a acumulação de capital. Esses dois aspectos conferem um caráter não capitalista, embora os agricultores familiares estejam subordinados ao modo de produção capitalista, como produtores simples de mercadorias (MARX, 1985). Processo que apresenta diferenciações sociais a partir das formas de integração mercantil dos agricultores (LENIN, 1982). Essa também pode resultar da composição e

<sup>10</sup> Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 e Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021.

evolução do ciclo demográfico da família, que alteram temporalmente a relação entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974). Assim, a composição familiar determina a forma que assumirá a divisão sexual do trabalho, culturalmente estabelecida. Este processo constitui-se como meio de socialização das novas gerações na lógica do trabalho e da produção familiar, o que possibilita a transmissão de saberes e de disposições necessárias à reprodução social deste próprio processo dentro do meio familiar.

Esse processo é marcado por relações sociais de geração e gênero. A situação de geração, constituída por aqueles que vivem uma “situação” comum perante as dimensões históricas do processo social (MANNHEIM, 1982), se traduz na hierarquia familiar presente nas atribuições de tarefas em que se exigem mais força física como o plantio e a colheita, por exemplo, nos quais o trabalho do jovem predomina; em contraposição às tarefas que exigem mais experiência, como a compra de insumos ou comercialização da produção, outro exemplo, sobressai a figura do chefe do estabelecimento. Enquanto a condição de gênero, no dizer de Scott (1995), “torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” Trata-se, portanto “de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). Com efeito, as práticas dos agricultores familiares acabam por impor às jovens mulheres as posições mais baixas na hierarquia social, por estarem submetidas a uma dupla subordinação: por serem jovens e mulheres. Isso contribui para reproduzir formas de exploração e invisibilidade social feminina na agricultura familiar.

No contexto em análise, a família e a classe social conferem sentido aos jovens agricultores e as suas trajetórias sociais, fornecendo-lhes os princípios geradores e unificadores de sua visão de mundo, valores e crenças fundamentais que é o *ethos* (BOURDIEU, 2009). Conforme Bourdieu (2005, p. 296), isso se relaciona “à produção do sistema de disposição que é o *habitus*”, que realiza a “mediação entre as estruturas e as práticas” sociais. Com esse conceito, se busca dar conta, na explicação das práticas sociais previamente orientadas por disposições incorporadas, da interdependência entre a realidade objetiva (da estrutura social) e a subjetiva (da ação social), que leva a percebê-la em relação à divisão de classes sociais.

Considerando a composição etária<sup>11</sup> dos jovens participantes do I Festival da Juventude Rural, praticamente a metade deles (49,8%) eram adolescentes, com idade de 15 a 19 anos. Os jovens de 20 a 24 anos atingiram 24,1% do público total, e os jovens adultos, com idades de 25 a 29 anos, totalizaram 28,9% dos entrevistados. A composição por sexo foi equilibrada, com 51,7% de mulheres e 48,3% de homens. A participação feminina é superior aos índices oficiais de participação de mulheres de 15 a 29 anos, na população rural do estado, que é de 46,2%, e da população jovem feminina ocupada na agricultura familiar, de 44,6%, na Bahia. Isso se explica porque os organizadores tinham como meta promover uma participação com equidade de gênero no Festival. Os jovens se autodeclararam principalmente como pardos, 38,6%; depois como negros, 33%; e 11% como brancos. A maioria deles (80%) eram solteiros e 69,7% responderam que não tinham filhos. Quanto ao lugar de residência dos entrevistados, 77,2% viviam no meio rural, enquanto 20,7% residiam no meio urbano.

A condição fundiária desses jovens pode ser estabelecida pela forma de acesso a terra. A maioria (84,8%) era de membros de famílias proprietárias.<sup>12</sup> Outro aspecto relevante foi o tamanho da propriedade. Identificamos que 46,7% dos jovens viviam em unidades produtivas de 20,01 ha a 100 ha; 25,6% em propriedades com áreas de 5,01 ha a 20 ha. Em menor percentual, 4,9% dos jovens eram de famílias que produziam em unidades menores de 5 ha.

Um fator importante para a definição da condição de agricultor familiar é a forma de integração mercantil das unidades produtivas. Isto porque as relações com o mercado, parte de processos mais amplos, nem sempre asseguram a manutenção de uma base de recursos de autocontrole a ponto de permitir a autonomia dos agricultores (PLOEG, 2008). Segundo os depoimentos, 48,3% dos entrevistados provinham de unidades familiares onde a produção era destinada principalmente ao autoconsumo. Outros 31,7% dos jovens declararam que a produção agrícola da família se destinava igualmente à comercialização e ao autoconsumo. Em apenas 13,8% dos casos a produção era reservada principalmente à comercialização. Já em relação às formas de comercialização, 30,3% afirmaram que era “direta ao consumidor”. Outros 26% responderam que a comercialização se realizava “através de intermediários”, enquanto 6,9%

<sup>11</sup> A distribuição das faixas etárias utilizadas corresponde ao estabelecido no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013).

<sup>12</sup> O índice confirma o predomínio de proprietários entre os agricultores familiares identificados em outros estudos, como o Censo Agropecuário 1995/96, analisado pela equipe do convênio FAO/Incra, que informava ser de 80,8% o percentual de agricultores familiares na condição de proprietários da terra em que trabalham.

dos jovens afirmaram que o comércio era feito “através de associação de produtores”, e 5,5% deles disseram que a comercialização se realizava por meio de agroindústria familiar. Um contingente de 2,1% dos entrevistados respondeu que a comercialização da produção era feita “através de cooperativas” e apenas 1,1% estava em propriedades “integradas à grande indústria”. Essas informações sobre comercialização demonstram que a agricultura familiar praticada se caracteriza por uma baixa integração mercantil, tendo em vista a importância da produção para o autoconsumo, e a integração em circuitos mercantis curtos, mais voltados para os mercados locais. Isso indica o predomínio de um tipo de fazer agricultura mais próximo ao modelo camponês (MENDRAS, 1978), com menor integração aos mercados ampliados e cadeias globais de produção agropecuária (ABRAMOVAY, 1998).

Quanto ao acesso dos jovens às rendas agrícolas geradas nas unidades familiares, podemos constatar que “a renda é dividida entre todos que trabalham”, em 32,4% dos casos. A categoria “o pai e a mãe, juntos, centralizam os rendimentos”, indicada por 29,0% dos entrevistados. Enquanto “o pai centraliza os rendimentos”, correspondeu a 12,4% dos entrevistados. Residualmente, 10,3% afirmaram que “cada um fica com o que ganha”. Essas informações confirmam o controle das rendas agrícolas pelos genitores (41,4%), e a condição de dependência dos filhos em relação a eles, no que diz respeito ao acesso à renda gerada na agricultura familiar.

Ao analisarmos as condições materiais que estruturam a situação juvenil na agricultura familiar, devemos ter presente que os meios de produção e a força de trabalho são familiares. É nesse contexto específico que a condição juvenil, marcada pela dependência da manutenção dos jovens pelos adultos, assume formas peculiares, ou seja, se constitui em uma situação específica. Nessa perspectiva, a superação da subordinação e a conquista de autonomia constituem o eixo central da trajetória que os jovens deverão percorrer, como um imperativo de toda a sociedade, intrínseco às dinâmicas das sucessões geracionais. Por isso, assegurar aos jovens “oportunidades de autodesenvolvimento constitui meta social básica, processando da melhor maneira possível esse trânsito entre a infância e a condição adulta que todo jovem deve fazer” (UNESCO, 2004, p. 26).

O sentido de autonomia adotado corresponde “à condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural de determinar ela mesma a lei à qual se submete” (LALANDE, 1999, p. 115). O conceito é utilizado para descrever situações em que o

sujeito consegue especificar as suas próprias regras, ou orientar-se pelo que é adequado para ele. Destacamos que a autonomia é uma “condição”, visto que esta é uma propriedade que se inscreve nas relações sociais, assim “[...] se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar” (ZATTI, 2007). Para haver autonomia, os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo. Esse fazer encontra-se determinado socialmente de tal maneira que a autonomia é limitada por condicionamentos estruturais.

Pappámikail (2010) alerta que autonomia jamais pode ser confundida com liberdade ou independência, uma vez que os processos de construção da autonomia, conquista de liberdade e aquisição de independência, “agregados numa tríade de processos inter-relacionados” (p. 406), podem ser pensados como processos de individuação e emancipação. Ela acrescenta que a construção da autonomia não se efetua em um processo linear, podendo vir a ser marcada por descontinuidades e fragmentação. Para essa autora:

Em suma, a autonomia deve ser sempre entendida no contexto intersubjetivo do diálogo com a(s) alteridade(s), com as quais se estabelece, também, dinâmicas de poder simbólico que podem pôr em causa a simetria implícita à dignidade de cada indivíduo na interação. (PAPPÁMIKAIL, 2010, p. 406)

Por entender a autonomia como processos intersubjetivos condicionados por estruturas sociais objetivas, acrescentamos o termo material – autonomia material – buscando especificar o processo pelo qual a propriedade de recursos de ordem material permite aos jovens sustentarem a operação de ações auto-orientadas. Isto porque, entre os jovens agricultores familiares a superação da dependência e a construção da autonomia referem-se à obtenção de condições materiais que possibilitam a eles construir espaços próprios no processo de trabalho familiar agrícola e obter recursos que possam gerir de forma independente. Assim, recorreremos a um conjunto de indicadores que permitiram identificar o nível de autonomia material dos jovens e comparar como esse se distribui entre homens e mulheres.

Desse modo, ficou evidente que 22,8% dos jovens recebiam alguma remuneração pelo trabalho agrícola que realizava com a família. Esse índice foi de 24% entre os jovens homens e de 21,4% entre as jovens mulheres. Isso confirma que o predomínio do caráter indivisível das rendas familiares (CHAYANOV, 1974)

vai cedendo espaço a outros arranjos de redistribuição dos resultados do trabalho familiar. Por outro lado, a não remuneração predominante entre os jovens agricultores familiares reforçava a condição de dependência deles em relação à família. A Declaração de Aptidão ao Pronaf é o registro profissional dos agricultores familiares, que assegura a eles o reconhecimento como agricultor familiar e permite acesso a financiamentos específicos. Verificamos que 35,9% dos jovens estavam registrados na DAP, sendo que os homens inscritos totalizavam 33,3%, superados pelas jovens mulheres inscritas, que alcançaram 38,6%. O número de inscrições de jovens mulheres na DAP é outro indicador que revela como elas estavam mais presentes nas formas de reconhecimento institucional dos agricultores familiares. O acesso à propriedade da terra era realidade para 17,2% dos entrevistados, sendo esse o meio de produção mais almejado e o menos obtido pelos jovens. Para esse indicador, os jovens homens, com 14,7%, também apresentaram índices menores do que as mulheres, com 20%. O fato de as jovens mulheres apresentarem maior registro de propriedade não deixa de ser uma surpresa e requer mais investigação. Não descartamos que essa seja uma particularidade do grupo observado, na qual a condição de sindicalizadas pode ampliar o horizonte de atuação das mulheres e de seu reconhecimento social como agricultoras em percentuais mais elevados daqueles verificados em outros estudos com jovens agricultores familiares no estado da Bahia (ALMEIDA, 2017; SOUSA, 2018; WEISHEIMER, 2019b). Com relação a possuir conta-corrente em banco, 40,7% dos jovens responderam positivamente. Entre os homens, o índice foi de 49,3% e, entre as mulheres, 31,4%. Esse indicador registrou a maior diferenciação entre homens e mulheres. Ter uma conta poupança era realidade para 58,6% dos jovens entrevistados, destes 64,3% sendo mulheres e 53,3% sendo homens. Por fim, quanto aos jovens que tenham algum financiamento, 17,9% afirmaram que sim, sendo 22,7% entre os homens e 12,9% entre as mulheres. Esse indicador revelou que mesmo com uma menor inscrição na DAP, os homens acessaram mais o mercado de crédito do que as mulheres.

Esses dados confirmam que apesar de haver uma diferenciação social entre os jovens agricultores no acesso aos meios de produção como a terra e a renda agrícola, predomina na situação juvenil na agricultura familiar uma baixa autonomia material. Podemos deduzir que essa baixa autonomia material reforça a dependência dos jovens num “tipo de relação social no qual os laços de reciprocidade se transformam em compromissos de retribuição” (FORACCHI, 1965, p. 86), tecendo laços de vinculação dos jovens com o trabalho familiar sem



que seja oferecido a eles um horizonte de superação da condição de dependência que caracteriza a condição juvenil.

Como já alegamos, a socialização no processo de trabalho familiar agrícola constrói a categoria social dos jovens agricultores familiares. Eles começam a trabalhar na agricultura ainda na infância, em média com 11 anos. A intensidade da participação deles no trabalho familiar pode ser identificada pelo tempo dedicado ao trabalho, na forma de tempo integral ou parcial, segundo dias trabalhados e as jornadas diárias conforme as horas trabalhadas. Entre os homens jovens, 26,7% se dedicavam em tempo integral (6 a 7 dias); 25,3% em tempo parcial (4 a 5 dias); enquanto 30,7% (2 a 3 dias). Entre as mulheres jovens, 17,1% trabalhavam em tempo integral, (6 a 7 dias); 12,9% em tempo parcial (4 a 5 dias); enquanto 38,6% (2 a 3 dias). Ainda 15,7% delas afirmaram trabalhar ao menos um dia por semana na agricultura. Ao todo, 10% dos entrevistados disseram não trabalhar na agricultura. Com relação à jornada diária de trabalho na agricultura, 37,2% dos jovens trabalham “até 4h na agricultura”. Nessa jornada estão 41,4% das mulheres e 33,3% dos homens. Entre os que trabalham “de 4h a 6h”, temos um equilíbrio, com 22,9% das mulheres e 22,7% dos homens. Nas jornadas de trabalho “de 6h a 8h”, nas quais se achavam 19,3% do total, os homens aparecem com 22,7% e as mulheres com 15,7%. Já entre os que afirmaram ter jornadas diárias “de 8h a 10h”, os homens aparecem com 6,7% e, as mulheres, com 4,3%. Ainda 4% dos homens jovens afirmaram trabalhar mais de 10 horas diárias na agricultura.

Percebemos que os jovens entrevistados ocupavam parte substancial de seu tempo com a execução dos trabalhos agrícolas na unidade de produção familiar. Foram registradas diferenças de gênero no volume e intensidade na participação no trabalho agrícola, em que os homens dedicavam mais horas do dia ao trabalho familiar em relação às mulheres. Essas correspondem às dinâmicas da divisão sexual e etária do trabalho no interior da unidade de produção familiar e à respectiva atribuição de papéis sociais, que ocupam as mulheres em trabalhos domésticos invisíveis e não reconhecidos como tempo de trabalho agrícola.<sup>13</sup> Registramos ainda uma parcela de jovens com jornada parcial na agricultura, porque participavam de outras agências de socialização, entre as quais, os sindicatos de trabalhadores rurais.

<sup>13</sup> Desde o trabalho pioneiro de Beatriz Heredia (1979), em que demonstrou como o trabalho familiar se estrutura a partir da oposição entre casa e roçado, como expressão da divisão sexual do trabalho, o tema vem recebendo atenção. Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1984), Paulilo (1987, 2004) e Woortmann (1995) romperam com a invisibilidade do trabalho feminino ao abordarem as relações sociais no interior de unidades de produção familiares destacando o papel das mulheres nas dinâmicas produtivas e reprodutivas da agricultura familiar.

Para 42,1% dos entrevistados, o tempo era dividido entre o trabalho agrícola e a educação formal. Nessa situação predominavam os adolescentes e as mulheres jovens. Isso ocorria na medida em que conseguiam conciliar os horários da escola com o trabalho agrícola. Nessas condições, as oportunidades de escolarização abririam novas possibilidades profissionais.

Questionados sobre o projeto profissional que os jovens agricultores da base da Fetag-BA formulavam, 71% dos entrevistados afirmaram que seu projeto era ser agricultor familiar. O índice foi de 78,7% entre os homens e 62,9% entre as mulheres. Esses percentuais são maiores que os registrados em outros estudos sobre o tema na Bahia. Numa pesquisa representativa dos jovens agricultores familiares do Recôncavo da Bahia, 64% dos entrevistados responderam que não pretendiam seguir na agricultura (WEISHEIMER, 2019b). Em outra, com o mesmo objetivo realizado no Território de Valença-BA, 52,2% também responderam negativamente (SOUSA, 2018). Resguardadas as diferenças entre os universos de estudo, notamos mais disposição para sucessão geracional entre os jovens que participam do movimento sindical de agricultores familiares do que a registrada entre jovens não sindicalizados.

Percebemos aqui a dimensão relacional da socialização, que produz a incorporação das disposições através de um *habitus* e de princípios de orientação de um *ethos* de classe, fazendo com que os jovens elaborem projetos ajustados a sua realidade. Ou seja, esse mecanismo assegura a adesão dos agentes à reprodução de sua posição social e a sua participação ativa nesse processo de reprodução. A partir disso, podemos sustentar que a disposição de um jovem agricultor familiar será de se orientar por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes a sua posição no sistema das condições, e reagirá a elas como aprendeu a fazer, contribuindo, assim, para a reprodução de seu grupo social. Isto porque o *habitus* nada mais é do que a cultura do seu grupo de origem, incorporada à sua personalidade através dos processos de socialização, reformada por *ethos* que dá coerência a uma visão de mundo e valores que reforçam o pertencimento a essa classe social (BOURDIEU, 2009).

Os jovens agricultores familiares presentes no I Festival da Juventude Rural da Bahia formavam uma unidade de geração, na medida que compartilhavam as mesmas experiências resultantes da socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Os limites da condição fundiária, as formas de integração mercantil, as possibilidades de acesso à renda agrícola e aos recursos necessários à atividade produtiva impõem aos jovens o desafio de realizar uma transição para a vida

adulta com poucos recursos que possibilitem sua autonomia material. Ao mesmo tempo, essa situação juvenil se caracteriza por uma intensa socialização no processo de trabalho familiar agrícola, o que favorece a geração de disposições necessárias à reprodução do processo de trabalho e à identificação social como agricultores. Essas se revelam mais frequentes entre os jovens que participam do sindicalismo, o que indica o potencial dessas disposições para promover a organização política dessa categoria social.

## Participação sindical de jovens agricultores familiares

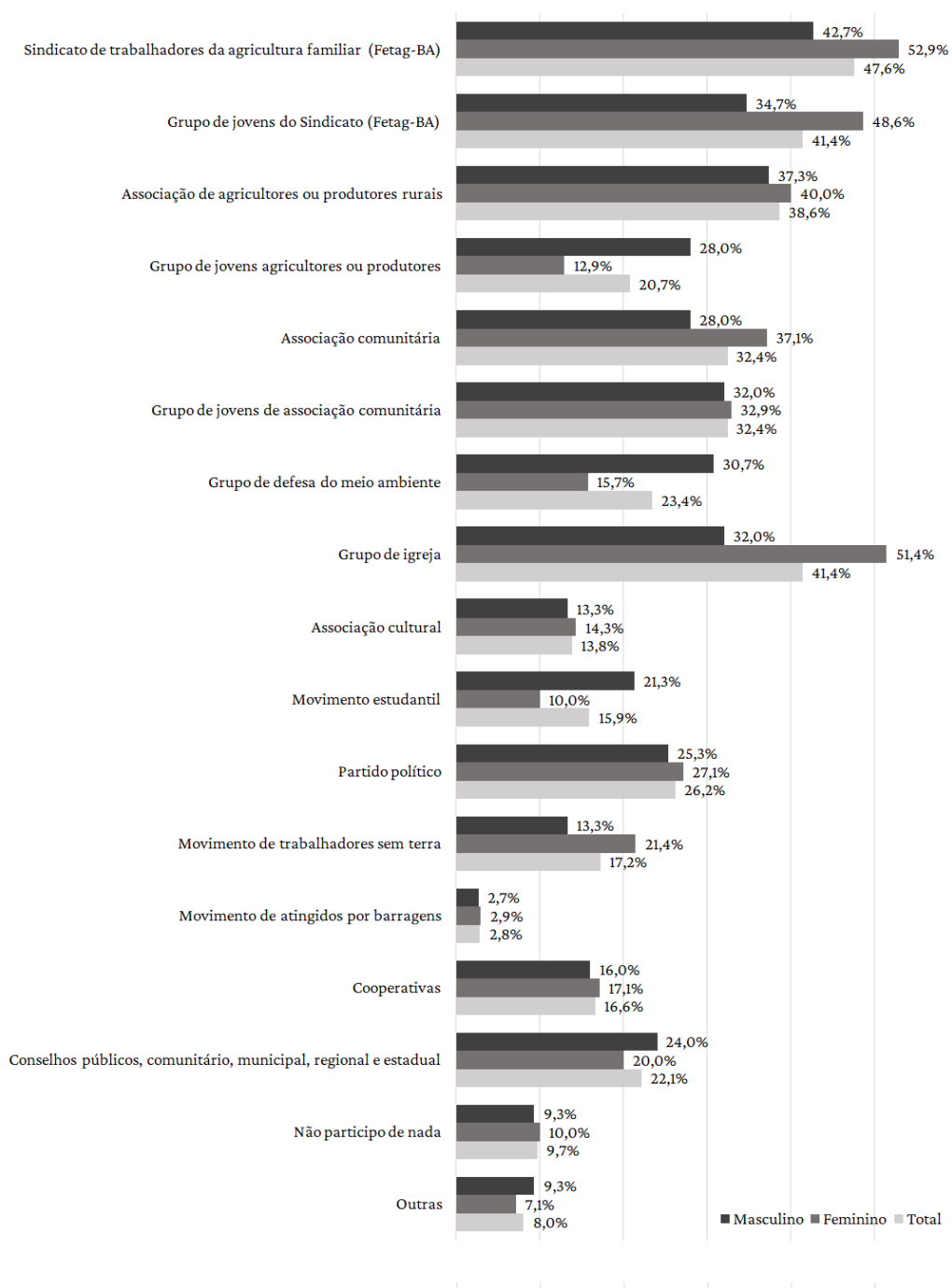
A grande profusão de usos da noção de participação (GOHN, 2019) eleva a necessidade de qualificá-la estritamente nos objetivos deste trabalho. Como compreendemos, remete às práticas sociais de vinculação significativas, como de fazer parte de algo, que confere sentidos de identificação e pertencimento (BORDONAVE, 1983), de modo a influenciar as tomadas de decisão em sociedades democráticas (PATEMAN, 1992; PUTNAM, 1996). A prática da “participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias” (DEMO, 1996, p. 19). Pontualmente, trata-se aqui da participação sindical de jovens agricultores familiares, como o envolvimento voluntário desses em estruturas organizativas de representação de classe. Sendo que as práticas desenvolvidas neste âmbito adquirem relevância para a socialização política desses jovens.

Os jovens agricultores familiares aparecem como parte dos recursos latentes (MANNHEIM, 1968) dos quais os movimentos sindicais precisam dispor para se constituírem em força dinâmica criadora de novas realidades sociais (LENIN, 1982). São indispensáveis ainda para assegurar a reprodução geracional do próprio movimento sindical (BOURDIEU, 2008). O que leva à necessidade de promover inovações organizativas que favoreçam a inserção de novas gerações de trabalhadores. Por sua vez, os jovens, por meio de sua participação, procuram “se projetar como sujeitos que portam valores, interesses, aspirações e direitos: constrói assim uma identidade, formula uma ‘teoria’ para si e traça um plano de ação” (NOGUEIRA, 2015, p. 645). Ou seja, ao se constituírem em grupos concretos nos sindicatos, eles simultaneamente produzem lutas por seus interesses imediatos, assim como sujeito coletivo relativamente autônomo no campo de ação histórica, constituído em sujeito *para si*, produzindo novas plataformas políticas.

O sindicalismo no Brasil tem sido marcado pela redução das taxas de sindicalização (CARDOSO, 2015). O setor da indústria contava com uma taxa de

sindicalização de 30% em 1992, passou a 19%, em 2013, e foi reduzida a 13,5%, em 2019 (IBGE, 2020). Contudo, foi identificada uma tendência distinta entre os trabalhadores da agricultura, com ampliação das taxas de sindicalização (RODRIGUES, 2015). Os trabalhadores agrícolas apresentavam uma taxa de sindicalização de 16%, em 1993, e chegaram a 27%, em 2013, retraindo para 19,5%, em 2019 (IBGE, 2020). A sindicalização de jovens nesse período alcançou, em média, 20% do total dos sindicalizados (GARCIA, 2018).

Os jovens agricultores entrevistados apresentaram uma elevada cultura participativa. O Gráfico 1 mostra as distribuições de frequências de participação em diferentes tipos de organizações sociais presentes no contexto rural. Podemos observar que 47,5% dos jovens eram filiados aos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, da base da Fetag-BA. As jovens mulheres, com 52,9%, apresentavam uma taxa de sindicalização superior a dos homens, cujo índice era de 42,7%. Ou seja, mais da metade dos jovens presentes no evento da Fetag não eram formalmente sindicalizados. Entre os participantes, 41,4% faziam parte do grupo de jovens do sindicato, sendo 34,7% de homens e 48,6% de mulheres. Quando se trata de associações de agricultores, obtivemos 40% de respostas positivas entre as mulheres e 37,3% entre os homens, sendo 38,6% do total geral. Em associações produtivas de jovens agricultores o resultado se inverte, com mais homens, 28%, do que mulheres, com 12%. O vínculo com associações comunitárias era frequente para 32,4% dos jovens, o mesmo percentual dos que afirmaram participar dos grupos de jovens de associações comunitárias. A atuação em grupos em defesa do meio ambiente entre os homens era de 30,7%, o dobro do registrado entre as mulheres, 15%. Em grupos de jovens de igrejas o percentual também foi marcante, com 41,4% dos entrevistados, porém aqui se registra a maior diferença entre os gêneros (18,6%), uma vez que 51,4% das mulheres participavam contra 32% dos homens. Cerca de 13% dos jovens eram membros de grupos culturais e 15% de grêmios estudantis, com uma frequência maior entre os homens. Ainda, 26,2% dos jovens indicaram ser filiados a um partido político, com predomínio das mulheres. Entre estas, 21% integravam o MST e, entre os homens, 13%; e 2,8% são de movimentos de atingidos por barragens. Os que faziam parte de cooperativas totalizaram 16%; e 22% de conselhos comunitários. Enquanto 10% dos entrevistados responderam que não participavam de nenhuma organização social.

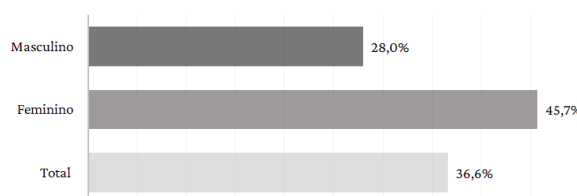
**Gráfico 1** – Distribuição da participação em organizações por sexo e total (%)

**Fonte:** I Encontro Estadual da Juventude Rural NEAF/UFRB/FETAG-BA, 2013.

É possível perceber maior participação das jovens mulheres no conjunto das organizações sociais. Os jovens homens apresentaram taxas de participação maior do que elas em três situações: em associações de jovens agricultores, em grupos ambientalistas e em conselhos comunitários. O maior índice de participação dos homens foi no sindicato, seguido da participação em associação de agricultores ou produtores e o grupo de jovens do sindicato. Entre as mulheres, o maior percentual de participação também foi no sindicato, seguido do envolvimento em grupos de jovens das igrejas, nos grupos de jovens dos sindicatos.

A participação sindical dos jovens os levou a ocupar posições nas direções das organizações sindicais. Em resposta à pergunta: *Você exerce algum cargo na direção do sindicato?*, obtivemos 36,6% de respostas positivas. Essa presença em instâncias de direção foi significativamente maior entre as jovens mulheres (45,7%), do que entre os homens (28%).

## Gráfico 2 – Distribuição do exercício de Cargo em Sindicato (%)



**Fonte:** I Encontro Estadual da Juventude Rural NEAF/UFRB/FETAG-BA, 2013.

A atuação nos espaços de direção dos sindicatos foi uma conquista das próprias mulheres e dos jovens que institucionalizaram políticas de cotas de representações: 50% para mulheres e 20% para jovens, nas instâncias sindicais. A participação feminina também se deve ao reconhecimento de suas competências derivadas de uma maior escolarização formal, ao contrário dos homens da mesma idade. Contudo, apesar da maior participação nas organizações por parte das mulheres e do empoderamento obtido com esse envolvimento, é importante ressaltar que ainda prevalece um processo hierárquico nas relações de poder no interior dos sindicatos, que requer mais investigação, visto que esse se transformou no principal espaço de atuação política das mulheres, embora não esteja isento da reprodução do

machismo, como atestam os estudos de Cordeiro (2006), Sales (2007) e Nascimento (2020). Mesmo com uma taxa de sindicalização menor, os jovens homens exerciam com mais frequência a presidência de sindicatos municipais do que as mulheres da mesma idade. Elas ocupavam principalmente a função de secretária-geral. Porém, a maior participação feminina potencializa a conquista de espaços públicos por jovens mulheres, que assim superam a rígida divisão de papéis geracionais e de gênero.

Para aprofundar o entendimento dessa participação juvenil nos sindicatos, buscamos identificar como se processa o “recrutamento” deles para o movimento sindical. Eles foram questionados sobre como começaram a participar do sindicato. A Tabela 1 traz a distribuição de frequências e percentuais das categorias de resposta por sexo dos entrevistados e totais.

Podemos perceber que eles participavam dos sindicatos principalmente por influência dos pais, 32,5%, de vizinhos, 20,6%, e de amigos da mesma idade, 18%. Isso revela a importância dos laços familiares e comunitários na gênese das práticas políticas dos jovens agricultores familiares. Essas relações interpessoais de caráter privado, principalmente familiares, figuram como fundamentais na explicação das trajetórias de engajamento dos jovens agricultores. Elas se revelam mais frequentes que as vias institucionais como o próprio sindicato (12,4%), as igrejas (11,1%) e cooperativas (2,7%). Existem diferenciações de gênero envolvidas no processo de recrutamento sindical. Os jovens homens se aproximaram do sindicato por causa dos familiares e vizinhos, ambos com 26%, ou pela influência de amigos da mesma idade (21,2%). As mulheres foram recrutadas principalmente pela família (37,8%), seguida da Igreja (20,3%). É importante ressaltar que os vínculos familiares são ainda mais importantes para explicar a participação das mulheres. A contribuição das igrejas se destaca no engajamento das jovens mulheres, enquanto mostra pouca influência entre os homens. O sindicato parece ser mais eficaz na atração de jovens homens, 15,5%, do que de jovens mulheres, 9,5%. É possível notar que a participação maior de jovens mulheres se estabelece por meio de instituições que exercem mais controle social, como a família e a Igreja, se comparadas aquelas que se baseiam nos pares por idades.

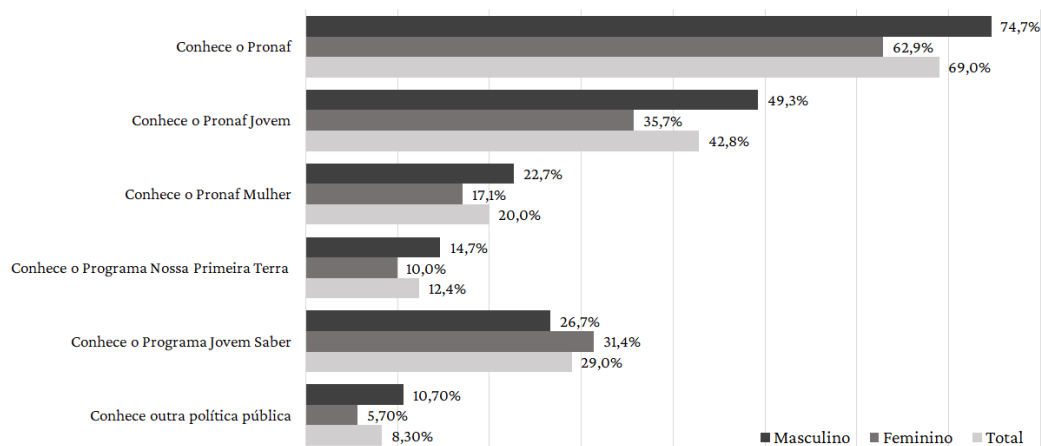
**Tabela 1** – Forma de recrutamento sindical por sexo do entrevistado (f e %)

Como você começou a participar do sindicato?	Masculino		Feminino		Total	
	f	%	f	%	f	%
Pais, tios e familiares	19	26,7	28	37,8	47	32,5
Amigos da mesma idade	15	21,2	12	16,2	27	18,6
Vizinhos	19	26,7	12	16,2	31	20,6
Igreja	1	1,4	15	20,3	16	11,1
Sindicato	11	15,5	7	9,5	18	12,4
Cooperativa ou Associação	4	5,6	0	0	4	2,7
Outra	2	2,8	0	0	2	2
<b>Totais</b>	<b>71</b>	<b>99,9</b>	<b>74</b>	<b>100</b>	<b>145</b>	<b>99,9</b>

**Fonte:** I Encontro Estadual da Juventude Rural NEAF/UFRB/FETAG-BA, 2013.

A prática sindical envolve o conhecimento de políticas públicas direcionadas à categoria. Entre os entrevistados, o Pronaf era a mais conhecido por 69%. Sendo reconhecido por 74,7% dos homens e por 62,9% das mulheres. Quando nos referimos ao Pronaf Jovem, linha de crédito específica para jovens agricultores familiares, esse era da ciência de 42,8% dos entrevistados, sendo 49,3% entre homens e 35,7% entre as mulheres. Já o Pronaf Mulher era conhecido por 20% do total – 22,7% dos homens e 17,1% das mulheres, o público-alvo do Programa. Com relação ao Programa Nossa Primeira Terra, política de crédito fundiário destinado aos jovens, apenas 12% deles tinham conhecimento, e novamente os homens estão melhor informados (14,7%) do que as mulheres (10%). Quanto ao Programa Jovem Saber, projeto de qualificação de jovens realizado pela Contag, era conhecido por 29% dos entrevistados, sendo mais frequente entre as mulheres (31,4%) do que entre os homens (26,7%).



**Gráfico 3 – Conhecimento das políticas públicas (%)**

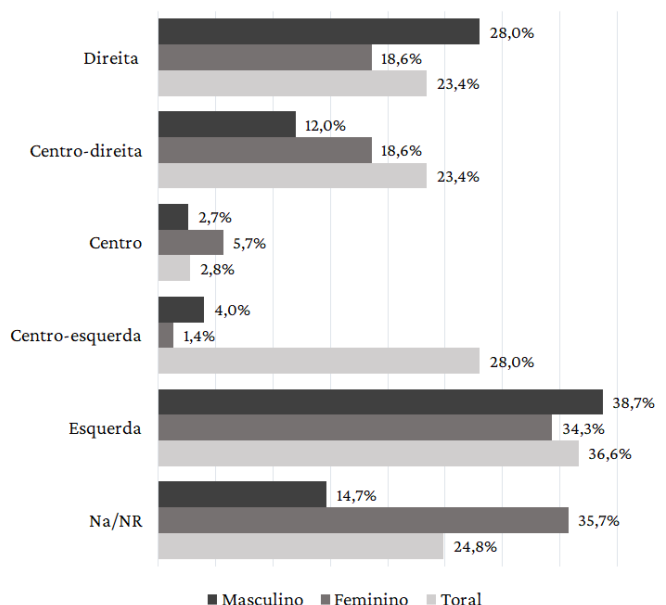
**Fonte:** I Encontro Estadual da Juventude Rural NEAF/UFRB/FETAG-BA, 2013.

No Gráfico 3 é possível constatar uma baixa taxa de conhecimento sobre as principais políticas destinadas aos jovens agricultores. Mais da metade dos entrevistados desconheciam o Pronaf Jovem, e mais de 80% da sua base social feminina desconhecia o Pronaf Mulher. Depreendemos que a maior participação das jovens mulheres nos sindicatos não resultou, necessariamente, em mais conhecimento sobre as políticas públicas destinadas aos jovens agricultores familiares. Ainda, 70% de seus participantes desconheciam a principal ação de capacitação para os jovens agricultores familiares desenvolvidos da própria Contag. Isso revela um limite na formação política desses jovens, que dificulta o acesso às políticas públicas.

Por fim, para compreender a prática política dos jovens agricultores familiares da base da juventude da Fetag-BA, buscamos saber como eles se posicionavam no gradiente político-ideológico. Os entrevistados foram instados a responder tendo como referência a ideia de que quanto mais à esquerda, maior a identificação com o socialismo, e quanto mais à direita, maior a identificação com o capitalismo. Segundo esse critério, 36,6% dos jovens se autodeclararam de esquerda, 23,4% de direita, 23,4% de centro-direita, enquanto 24,8% não souberam responder. Comparando as respostas de homens e mulheres, verificamos que os homens se distribuíram em 38,7% de esquerda, 28% de direita, 12% se definiram como sendo de centro-direita, 4% de centro-esquerda e 14,7% não souberam responder. Entre as jovens mulheres, 35,7% não souberam responder à pergunta, 34,3% se

declaram de esquerda, 18,6% de direita e 18,6% de centro-direita, enquanto 5,7% se posicionam como de centro.

**Gráfico 4 – Posicionamento político-ideológico (%)**



**Fonte:** I Encontro Estadual da Juventude Rural NEAF/UFRB/FETAG-BA, 2013.

Os índices apresentados no Gráfico 4 indicam que o movimento sindical é um espaço institucional onde atuam jovens com diferentes posicionamentos políticos-ideológicos. Isso, também, confirma que “a juventude não é progressista nem conservadora por índole” (MANNHEIM, 1968, p. 74). Os jovens e a sociedade estão em reciprocidade total, e a sociedade brasileira tem se posicionado predominantemente de direita.<sup>14</sup> No caso em foco, as posições políticas podem estar relacionadas à situação ambígua da classe dos agricultores familiares, simultaneamente proprietários dos meios de produção e trabalhadores no domicílio. Nesse contexto, a socialização familiar tende a reproduzir uma visão de mundo e valores conservadores, com raízes sociais no coronelismo (LEAL, 2012) que marcou as práticas políticas no meio rural brasileiro (JANOTTI, 1981). Ou seja, a tomada de posição política pelos jovens

<sup>14</sup> Pesquisas sobre a posição política dos brasileiros, como as realizadas pelo instituto Datafolha entre anos de 2010 a 2020, apresentam um constante predomínio de eleitores identificados com a direita política. Em 2014, ano mais próximo da realização desse estudo, 45% dos eleitores se posicionavam como de direita, 20% de centro e 35% de esquerda (DATAFOLHA, 2014).

reflete os valores familiares e suas vinculações a uma determinada situação de classe. Com efeito, esses fatores estruturam a construção de uma tomada de consciência<sup>15</sup> política pelos jovens agricultores familiares. Eles se encontravam em meio a processos formativos dinâmicos nos espaços de socialização política dos movimentos sociais. Ao conhecerem o histórico de lutas da Fetag-BA por reforma agrária, direitos dos trabalhadores rurais, emancipação feminina e a formulação programática da Contag, os jovens passam a ter contato com novos saberes e visões de mundo que podem vinculá-los às posições políticas críticas ao capitalismo. Assim, parte significativa dos jovens agricultores se identifica com a esquerda e com o socialismo.

A participação sindical dos jovens se revelou marcada por valores e práticas construídas nas dinâmicas familiares, contribuindo para atribuição de sentidos às práticas políticas, que expressam um projeto de reprodução social na agricultura familiar. Isso se manifestou na participação em organizações, na forma de recrutamento e engajamento no movimento sindical, no conhecimento de políticas públicas e nas posições políticas-ideologias. Em seu conjunto, elas revelam a incorporação das normas e a conformidade com a socialização no trabalho familiar. Com isso, percebemos que a presença de uma nova geração nos fóruns do movimento sindical demanda novas formas de mobilização e organização, assim como de novos dispositivos de socialização política e de vinculação deles aos objetivos gerais do movimento.

## Considerações finais

O artigo analisou a participação de jovens no sindicalismo da agricultura familiar na Bahia, no contexto de ascensão das políticas públicas para a agricultura familiar. Situou a trajetória das organizações até a institucionalização da participação juvenil na estrutura da Contag, o que resultou na implementação de políticas públicas destinadas aos jovens agricultores familiares. Mobilizou indicadores capazes de caracterizar os jovens agricultores familiares e suas práticas políticas. Descrevendo o processo de construção dos jovens agricultores familiares como sujeitos históricos com um

---

<sup>15</sup> Usamos essa noção em seu duplo significado derivado da filosofia marxista e da epistemologia genética de Piaget. Num primeiro momento refere-se à passagem dialética da consciência do sujeito *em si*, que adquire consciência *de si*, elevando-a em sujeito *para si*. Num segundo, complementar, a noção se estrutura como um processo dinâmico em permanente atividade, que resulta das interações sociais de cooperação que promovem a tomada de consciência das normas de reciprocidade, proveniente da relação entre sujeito e objeto (PIAGET, 1977).

projeto político *para si*, que traduz as particularidades de uma situação de classe marcada por precárias condições materiais e intensa socialização no processo de trabalho familiar agrícola.

Os jovens agricultores familiares se vinculam à ordem social vigente através das dinâmicas produtivas e reprodutivas das unidades de produções familiares. No caso estudado, predominou a condição de proprietários de pequenas propriedades, voltadas principalmente para o autoconsumo e a comercialização direta ao consumidor. As rendas agrícolas eram centralizadas pelos adultos, dificultando a autonomia material dos jovens. Ao mesmo tempo, eles se encontravam plenamente inseridos no trabalho familiar agrícola, considerando-se tanto o tipo de participação quanto a jornada de trabalho. As diferenças na intensidade do trabalho familiar agrícola, entre jovens homens e jovens mulheres, corresponderam às dinâmicas da divisão sexual e etária do trabalho no interior da unidade de produção familiar e à atribuição de papéis sociais distintos com base nestes critérios. Apesar das dificuldades materiais, no caso dos jovens sindicalizados, o *habitus* (estrutura social incorporada) e o *ethos* (valores e crenças fundamentais) instituídos na socialização familiar e posteriormente sindical reforçam as disposições necessárias à reprodução social desse processo de trabalho, como indicaram os projetos profissionais de permanência na agricultura. O que nos possibilitou compreender as práticas políticas como meio de mobilização de recursos que permitissem a reprodução social como agricultores familiares.

Ao investigar a participação sindical dos jovens mobilizados pela Fetag-BA, evidenciamos uma vasta cultura participativa, com engajamento em diferentes tipos de organizações presentes no meio rural. Esse envolvimento foi maior entre as jovens mulheres. A experiência organizativa mais frequente desse público foi no próprio movimento sindical. O recrutamento sindical se realizou principalmente na esfera das relações interpessoais de natureza privada como os vínculos familiares, de amizade e comunitários. Entre as instituições públicas responsáveis pela aproximação de jovens mulheres ao movimento sindical, se destacou a presença Igreja Católica. A prática política dos jovens apareceu condicionada às capacitações construídas na ação coletiva, o que revelou, como um desafio ao movimento sindical, a necessidade de aperfeiçoar seus instrumentos de formação política, uma vez que grande parte dos entrevistados desconhecia as principais políticas e programas

destinados aos jovens agricultores familiares. Nesse contexto, a identificação ideológica dos jovens refletiu as posições de seu grupo de referência e os valores reproduzidos na socialização no trabalho familiar, que são ampliados com a socialização política no sindicato. É possível percebermos a importância central da família para construção da visão do mundo, dos valores, dos projetos, das tomadas de posições e práticas políticas dos jovens agricultores familiares.

De modo geral, pode ser cotejado que a participação desses jovens no sindicalismo ocorreu em meio às incertezas da transição para a vida adulta relacionada aos impasses da reprodução social na agricultura familiar. Ao participarem do movimento sindical, eles demonstraram estar em busca de respostas coletivas capazes de superar os limites materiais e outros obstáculos sociais à reprodução social da agricultura familiar. Por meio da participação sindical, os jovens agricultores experimentaram novas formas de socialização política, reforçando suas identidades sociais, e desenvolveram novas formas de ação social, ampliando seus campos de possibilidades. A participação no movimento sindical possibilitou que os jovens superassem a dispersão e o isolamento do mundo rural, o que permitiu a identificação e o reconhecimento mútuo com seus pares de idade, e a projetarem para si destinos comuns. Isso corresponde ao processo de formação de uma unidade geracional, que assume forma de grupo concreto, através da participação em coletivos de jovens dos sindicatos de trabalhadores da agricultura familiar. Com efeito, os jovens agricultores familiares se inscrevem como sujeitos históricos e agentes políticos das transformações sociais dos territórios rurais quando constroem um movimento de jovens agricultores familiares. Assim, a participação sindical dos jovens agricultores familiares adquiriu o sentido de construção de um movimento juvenil destinado à luta política por reconhecimento social e conquistas de autonomia material na agricultura familiar.

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec; Unicamp, 1998.
- ALMEIDA, Juliane de Oliveira. *Socialização de gênero e geração na agricultura familiar no território de Irecê – Bahia*. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –

- Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.
- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elemento para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792015000300493&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000300493&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 5 maio 2021.
- CASTRO, Elisa Guaraná de; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emilia Barrios *et al.* *Os jovens estão indo embora?* Juventude Rural e construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidade económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Maria. *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação de mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco*. In: WOORTMANN, Ellen; MENAVHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: Nead; MDA, 2006.
- DATAFOLHA. *Perfil Ideológico dos Brasileiros – setembro de 2014*. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/09/08/matriz-direita-x-esquerda.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2021.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1996.
- DIETERICH, Ronaldo. *Clube 4'S: descrição e análise da participação de jovens e sua permanência nas atividades agrícolas*. 1983. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Sociologia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.
- EMATER/RS – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul. *Manual de Diretoria de Clube 4S*. Folhet). Porto Alegre: Emater/RS, 1981.
- FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.
- FORACCHI, Marialice M. *A Juventude e a Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- GALINDO, Eryka. *Sou Jovem do Campo: caminhos de construção da identidade juvenil no sindicalismo rural*. In: LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Orgs.). *Juventudes do Campo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- GARCIA, Mariana Hansen. *Jovens trabalhadores e o movimento sindical: percepções e participação sindical*. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202492>. Acesso em: 15 jun. 2021.

- GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>. Acesso em: 7 jun. 2021.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação, perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; GARCIA, Maria F.; GARCIA JR. Afrânio. O lugar das mulheres em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de sindicalização cai a 11,2% em 2019, influenciada pelo setor público. Brasília, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/28667-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-11-2-em-2019-influenciada-pelo-setor-publico.html>. Acesso em: 5 maio 2021.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LANANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Unicamp, 1993.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LENIN, Vladimir Ilyich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). *Mannheim – Grandes Cientistas Sociais*, n. 25. São Paulo: Ática, 1982.
- MARIN, Joel Orlando Bevilacqua. Juventudes Rurais: processos sociais e temáticas de pesquisa. In: MARIN, Joel Orlando Bevilacqua; FROELICH, José Marcos. *Juventudes Rurais e Desenvolvimento Territorial*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2019.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1985.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MENDRAS, Henry. *As sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NASCIMENTO, Telma Regina. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar: mulheres líderes de sindicato. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Mulheres Rurais: Cadernos Flacso 17*. Brasília: Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, 2020.

- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Participação Política. In: GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Dicionário de políticas públicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.
- PAPPÁMIKAIL, Lia. Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia*, Porto, v. 20, p. 395-410, 2010. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2296>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PAULILO, Maria Ignez. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.
- PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, 1987.
- PIAGET, Jean. *A Tomada de Consciência*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? *Cadernos CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 479-491, 2015. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792015000300479&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000300479&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 5 maio 2021.
- SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>. Acesso em: 3 nov. 2021.
- SCHNEIDER, Sergio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SOUSA, João Paulo Aguiar de. *Projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA*. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.
- SOUZA, Sirlei de Fátima. *Tradição x modernização no processo produtivo rural: os Clubes 4'S em Passo Fundo (1950-1980)*. 2003. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
- SOUZA, Solange Batista de. *Extensão Rural e Juventude: a experiência dos Clubes 4'S em Minas Gerais (1950-1980)*. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.
- VELHO, Octavio. Movimentos Sociais Rurais. In: FGV – Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.



- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura família, realidade e perspectivas*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.
- WEISHEIMER, Nilson. *A situação juvenil na agricultura familiar*. Curitiba: CRV, 2019a.
- WEISHEIMER, Nilson. *Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2019b.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiante do Nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ZATTI, Vicente. *Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

## Como citar

WEISHEIMER, Nilson. Um movimento de jovens agricultores familiares. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230101, p. 1-32, 21 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-1>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.